

ANEXO 1

CERTIFICADO DE ESTÁGIO

ORGANISMO DE ACOLHIMENTO

Denominação social:

Endereço:

.....

.....

☎

Certifica que

O ESTAGIÁRIO

Apelido: Nome próprio: Sexo: F ☐ M ☐

Nascido(a) em: ____ / ____ / ____

Endereço:

.....

☎ Correio eletrónico:

ESTUDANTE EM (título da formação ou curso de ensino superior frequentado pelo estagiário):

.....

EM (nome do estabelecimento de ensino superior ou do organismo de formação):

.....

realizou um estágio previsto no âmbito dos seus estudos

DURAÇÃO DO ESTÁGIO

.....

Datas de início e de fim do estágio: De.....DD/MM/AAAA.....

a.....DD/MM/AAAA.....

O que representa uma **duração total** de (N.º de meses/N.º de semanas) (riscar o que não interessa)

A duração total do estágio é avaliada tendo em conta a presença efetiva do estagiário no organismo, sob condição do direito a férias e licenças de ausência previsto no artigo L.124-13 do Código da educação (art. L.124-18 do Código da educação). Cada período de presença de, pelo menos, 7 horas, consecutivas ou não, é considerado equivalente a um dia de formação e, cada período de presença de, pelo menos, 22 dias, consecutivos ou não, é considerado equivalente a um mês de formação.

MONTANTE DA REMUNERAÇÃO PAGA AO ESTAGIÁRIO

O estagiário recebeu uma remuneração de estágio no **montante total** de €

O certificado de estágio é indispensável para poder, sob condição do pagamento de uma contribuição social, considerar o estágio para efeitos de direitos à reforma. A legislação relativa à reforma (lei n.º 2014-40, de 20 de janeiro de 2014) dá aos alunos cujo estágio tenha sido remunerado a possibilidade de o verem validado dentro do limite de dois trimestres, sob condição do pagamento de uma contribuição social. O pedido deve ser feito pelo aluno no prazo de dois anos a contar do fim do estágio e mediante apresentação obrigatória do certificado de estágio que mencione a duração total do estágio e o montante total da remuneração recebida. As informações exatas sobre a contribuição social a pagar e o procedimento a seguir devem ser pedidas à segurança social (Código da Segurança Social art. L.351-17 - Código da educação art. D.124-9).

Feito emem
.....

Nome, função e assinatura do representante do organismo de acolhimento

Anexo 2: Disposições relativas aos estagiários menores

DURAÇÃO DO TRABALHO

Os estagiários menores beneficiam de condições específicas relativamente à duração do trabalho, dos períodos de descanso semanal e do trabalho noturno. As derrogações do descanso dominical e do trabalho noturno estão previstas nos artigos L.741-1 e R.741-1 e seguintes do Código rural e da pesca marítima (Code rural et de la pêche maritime) e nos artigos R.3163-1 a R.3163-5 do Código do trabalho (Code du travail).

TRABALHOS REGULAMENTADOS

Durante o estágio, um aluno menor, matriculado numa formação conducente à obtenção de um certificado de técnico superior agrícola, de acordo com as disposições no artigo D. 811-140 do Código rural e da pesca marítima, pode ser autorizado, nas condições previstas nos artigos R.4153-38 a R.4153-45 do Código do trabalho, a utilizar máquinas, aparelhos ou produtos cuja utilização seja proibida aos menores pelos artigos D.4153-17 a D.4153-35 do Código do trabalho.

1- Procedimento de derrogação

Antes de qualquer afetação do jovem a trabalhos proibidos suscetíveis a derrogação, o diretor da empresa ou o responsável do organismo de acolhimento deverá ter produzido uma declaração de derrogação válida por 3 anos, a contar da notificação do aviso de receção desta declaração, ao inspetor do trabalho com competência geograficamente para essa unidade. Para as administrações do Estado e os seus estabelecimentos públicos abrangidos pela lei da função pública, esta declaração é produzida ao inspetor de saúde e segurança no trabalho. Para as autarquias territoriais, é produzida pelo assistente ou o vereador de prevenção competente.

Sem esta declaração, não é possível afetar um jovem a trabalhos proibidos sujeitos a derrogação. **Deve ser anexada ao acordo uma cópia desta declaração.**

Estas autorizações serão comunicadas ao estabelecimento de ensino.

O jovem só pode realizar estes trabalhos sob o controlo permanente do seu orientador de estágio. O parecer médico de aptidão, emitido pelo médico responsável pelo acompanhamento dos alunos, ou pelo médico do trabalho da Caixa de Mutualidade Social Agrícola (Caisse de mutualité sociale agricole), é enviado pelo estabelecimento de ensino ao diretor da empresa ou ao responsável do organismo de acolhimento, antes de qualquer afetação do jovem a trabalhos proibidos sujeitos a derrogação.

O empregador afeta o jovem a trabalhos proibidos sujeitos a derrogação necessários, em função do seu nível de formação, do seu progresso e dos objetivos da formação.

O empregador que declare uma derrogação deve colocar à disposição do inspetor do trabalho, a partir do momento da afetação do jovem em causa, informações relativas a:

- 1º) Apelidos, nomes próprios e data de nascimento do jovem;
- 2º) Formação profissional concluída, a sua duração e os locais de formação conhecidos;
- 3º) Informação e formação em matéria de segurança ministradas ao jovem, de acordo com os artigos L.4141-1 e L.4141-3 do Código do trabalho;
- 4º) Um parecer médico de aptidão para proceder a estes trabalhos;
- 5º) Apelidos, nomes próprios, cargo ou função da(s) pessoa(s) competente(s) responsável(eis) pela supervisão do jovem durante a execução dos trabalhos em causa.

2- Compromissos assumidos pela empresa ou o organismo de acolhimento com vista à afetação do menor a trabalhos regulamentados e aos que dão direito à derrogação permanente

O responsável da empresa de acolhimento certifica que cumpre as disposições seguintes:

1º Ter procedido à avaliação prevista no artigo L.4121-3 do Código do trabalho, incluindo uma avaliação dos riscos existentes para os jovens e relacionados com o seu trabalho. Esta avaliação é prévia à afetação dos jovens aos seus postos de trabalho;

Neste sentido, em relação aos trabalhos previstos, o orientador de estágio apresentará ao estagiário a avaliação dos riscos realizada de acordo com os artigos L.4121-3 e seguintes do Código do trabalho específicos da empresa ou do organismo de acolhimento, retirados do documento único e comentará com aquele, de forma pedagógica, os riscos a que é suscetível de estar exposto e as medidas preventivas tomadas para os remediar.

2º Na sequência desta avaliação, ter aplicado as medidas preventivas previstas no segundo parágrafo do artigo L.4121-3 do Código de trabalho.

3º Antes de qualquer afetação do jovem a estes trabalhos, nos termos dos artigos L.4141-1 e seguintes do Código do trabalho, informado o jovem dos riscos para a sua saúde e segurança e das medidas tomadas para os remediar e ter-lhe ministrado formação em matéria de segurança

correspondente, assegurando-se de que esta é adequada à sua idade, ao seu nível de formação e à sua experiência profissional.

4° Assegurar a supervisão do jovem em formação por uma pessoa competente durante a execução destes trabalhos;

5° Ter obtido, para cada jovem, um parecer médico de aptidão do estabelecimento de ensino. Este parecer médico é emitido anualmente pelo médico responsável pelo acompanhamento médico dos alunos ou pelo médico do trabalho da Caixa de Mutualidade Social Agrícola (Mutualité Sociale Agricole - MSA).

3- Lista dos trabalhos proibidos sujeitos a derrogação a que o aluno estará afeto:

-
-

Indicar o tipo de equipamento e as suas condições de utilização: condições de supervisão pelo orientador de estágio, uso de equipamentos de proteção individual. O diretor da empresa deverá certificar-se de que só são utilizados equipamentos em conformidade com os regulamentos.

4-Trabalhos que dão direito à derrogação permanente:

4-1-Disposições relativas aos equipamentos móveis autopropulsores de trabalho e de elevação

Nos termos do artigo R.4323-55 do Código do trabalho, a condução de equipamentos móveis autopropulsores de trabalho e de elevação, incluindo tratores agrícolas, é necessária uma formação prévia e adequada.

Para os alunos menores, é necessária uma declaração de derrogação para a condução de todos os equipamentos móveis autopropulsores de trabalho, incluindo os tratores agrícolas e florestais, nos termos do artigo D.4153-27 do Código do trabalho.

No entanto, esta declaração de derrogação não é necessária para a condução de equipamentos móveis autopropulsores de trabalho, utilizados para elevação, para os jovens que tenham recebido a formação prévia, prevista no artigo R.4323-55 do Código do trabalho e se forem titulares da autorização interna para condução de máquinas prevista no artigo R.4323-56 do mesmo código, tratando-se dos equipamentos cuja condução está sujeita a essa autorização.

Os menores só podem conduzir tratores agrícolas e florestais, se os equipamentos satisfizerem cumulativamente as três condições técnicas seguintes:

- 1°) existência de uma estrutura de proteção contra queda;
- 2°) manutenção dessa estrutura em posição desdobrada durante a condução;
- 3°) existência de um cinto de segurança abdominal para manter o condutor na posição de condução.

É proibida a afetação de menores à condução de tratores agrícolas e florestais que não satisfaçam as três condições técnicas cumulativas acima explicitadas e à condução de quadriciclos a motor, sem possibilidade de derrogação.

Além disso, os estagiários que podem comprovar uma formação prévia em condução segura, na aceção do artigo R.4323-55 do Código do trabalho, podem beneficiar, de uma derrogação permanente, na aceção do artigo R.4153-51 do Código do trabalho, para conduzir tratores agrícolas e florestais equipados com um cinto de segurança e uma estrutura de proteção contra a capotagem, mantida em posição desdobrada.

Na falta de formação prévia adequada, é exigida uma declaração de derrogação ao inspetor do trabalho para a condução, por estagiários de tratores agrícolas e florestais que satisfaçam as três condições técnicas cumulativas acima referidas.

O estagiário vai conduzir esses equipamentos no âmbito das tarefas que lhe serão confiadas?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, especificar quais:

A equipa pedagógica comunica ao orientador de estágio o grau de domínio do jovem na utilização dos equipamentos, no presente anexo.

--

O responsável do organismo de acolhimento emitirá uma autorização interna para condução de máquinas?

Sim ☐ Não ☐

4-2- Transporte de cargas

No caso de transporte de cargas correspondentes a mais de 20% do peso dos jovens com idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 18 anos, o diretor do estabelecimento de ensino fornece ao diretor da empresa ou ao responsável do organismo de acolhimento o atestado médico de aptidão previsto no artigo 13.º. Neste sentido, o transporte de cargas não está sujeito a uma declaração de derrogação.

O aluno terá de transportar cargas superiores a 20% do seu peso corporal?

Sim ☐ Não ☐

4-3- Habilitação elétrica

O aluno que, durante o seu período de estágio, tenha de intervir em instalações e equipamentos elétricos, ou nas suas proximidades, deve estar habilitado para tal pelo diretor da empresa de acolhimento, em função da natureza dos trabalhos a realizar. Esta habilitação só pode ser concedida no fim de uma formação em matéria de prevenção dos riscos elétricos concluída pelo aluno no estabelecimento de ensino, antes do período de estágio. A habilitação é emitida com base num certificado pelo estabelecimento de ensino que atesta que o aluno concluiu com sucesso a formação correspondente aos níveis de habilitação mencionados.

Não é necessário formular uma declaração de derrogação para os trabalhos que tenham dado origem a uma habilitação elétrica.

O estagiário precisa de uma habilitação para as atividades que lhe serão confiadas?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, especificar o nível de habilitação e o certificado emitido pelo estabelecimento de ensino que atesta que o estagiário concluiu a formação correspondente:

Especificar se a habilitação elétrica será emitida pelo responsável do organismo de acolhimento:

Sim ☐ Não ☐

Para estes trabalhos mencionados e sujeitos a derrogação ou a derrogação permanente,

- **especificar a formação e informação em matéria de segurança associada às tarefas e atividades confiadas ao estagiário e cuja formação será ministrada na empresa de acolhimento.....:**
- **Como complemento da formação ministrada no estabelecimento de ensino, nomeadamente:**

O responsável da empresa ou do organismo de acolhimento <u>Apelido:</u> <u>Nome próprio:</u> <u>Assinatura:</u>	O diretor do estabelecimento de ensino <u>Apelido:</u> <u>Nome próprio:</u> <u>Assinatura:</u>
Visto de informação para fins pedagógicos	
O orientador (se não for o diretor da empresa ou o diretor do organismo de acolhimento) <u>Apelido:</u> <u>Nome próprio:</u> <u>Assinatura:</u>	O professor orientador da equipa pedagógica:

O estagiário e/ou o seu encarregado de educação

Apelido:

Nome próprio:

Assinatura: